



LEVANTAMENTO

# Municípios do Piauí possuem dívidas de mais de R\$ 59 milhões com FGTS

**Ao todo, 31 municípios têm dívidas com o Fundo. Além das Prefeituras, três órgãos públicos têm pendências**

**Ithyara Borges**  
Repórter

Dados da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) apontam que 31 municípios do Piauí possuem dívidas com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). O valor total da lista de devedores soma R\$ 59.188.101,97. Além das prefeituras, outros

três órgãos públicos aparecem com dívidas de FGTS.

A Empresa Teresinense de Desenvolvimento Urbano (Eturb) deixou de depositar R\$ 276.370,09 mil referentes ao tempo de seus servidores. A Associação dos Servidores da Companhia de Habitação do Piauí deve ao FGTS R\$ 23.418,04 mil e a Superintendência Nacional do Abastecimento tem dívidas de R\$ 898,85.

Dentre os municípios que constam na lista de devedores, a prefeitura de Luzilândia é a que possui a maior dívida, com de R\$ 10.677.477,47 milhões. Em seguida, Miguel Alves aparece com o saldo devedor de R\$ 8.916.811,87 milhões. As duas prefeituras configuram a lista dos 20 municípios mais devedores do FGTS no país.

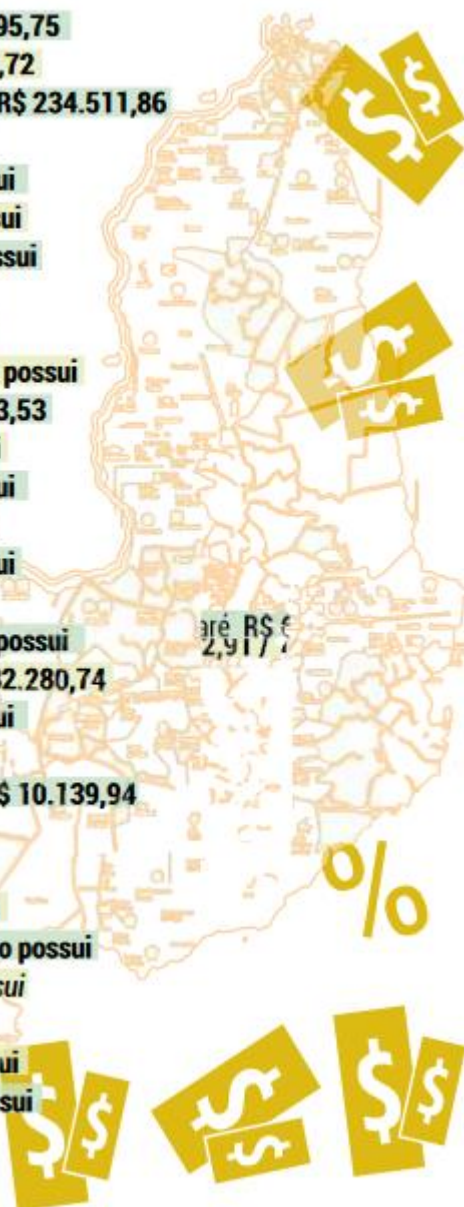
Os municípios podem par-

celar seus débitos de FGTS com amortização de 3% do repasse, por decênio, do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), mas o desconto precisa ser autorizado pela Secretaria do Tesouro Nacional. Em todo o Estado, entre órgãos de administração pública e empresas privadas, há 1.667 mil registros na lista de devedores com a Fazenda Nacional e o FGTS inscritos em dívida ativa.

A reportagem do Jornal O DIA tentou contato com o prefeito de Luzilândia, Ronaldo Azevedo (PTC) e com a assessoria de imprensa da Prefeitura, mas as ligações não foram atendidas. Levino de Jesus, diretor da Eturb, também foi procurado para comentar a situação financeira do órgão, mas os telefones encontravam-se na caixa postal.

## MUNICÍPIOS DO PIAUÍ COM DÍVIDAS DO FGTS / PREVIDÊNCIA:

Luzilândia	R\$10.677.477,47 / R\$ 20.353.195,75
Miguel Alves	R\$ 8.916.811,87 / R\$ 251.910,72
Capitão Gervásio Oliveira	R\$ 5.453.430,07 / R\$ 234.511,86
Madeiro	R\$ 3.809.576,92 / R\$ 162.464,62
Matias Olímpio	R\$ 3.224.467,78 / Não possui
Hugo Napoleão	R\$ 3.050.915,99 / Não possui
Dirceu Arcoverde	R\$ 2.450.053,13 / Não possui
Luís Correia	R\$ 2.357.359,93 / Não possui
Miguel Leão	R\$ 1.817.191,43 / Não possui
Cristalândia do Piauí	R\$ 1.710.071,69 / Não possui
Nova Santa Rita	R\$ 1.641.126,84 / R\$ 31.473,53
Padre Marcos	R\$ 1.571.084,63 / Não possui
Fartura do Piauí	R\$ 1.449.493,68 / Não possui
Guaribas	R\$ 1.359.673,90 / R\$ 126.555,53
Francisco Ayres	R\$ 1.257.675,97 / Não possui
Pavussu	R\$ 1.143.704,72 / Não possui
São Lourenço do Piauí	R\$ 965.962,16 / Não possui
Novo Oriente do Piauí	R\$ 940.041,80 / R\$ 182.280,74
Jardim do Mulato	R\$ 891.767,40 / Não possui
Jerumenha	R\$ 711.632,91 / 104.481,69
Nossa Senhora de Nazaré	R\$ 633.389,68 / R\$ 10.139,94
Bertolínia	R\$ 497.004,92 / Não possui
Caracol	R\$ 444.235,81 / Não possui
Bonfim do Piauí	R\$ 434.253,08 / Não possui
Campo Alegre do Fidalgo	R\$ 429.096,92 / Não possui
Boqueirão do Piauí	R\$ 421.446,02 / Não possui
Prata do Piauí	R\$ 416.684,56 / Não possui
Barra D'Alcântara	R\$ 257.574,22 / Não possui
Campinas do Piauí	R\$ 178.654,27 / Não possui
Manoel Emídio	R\$ 46.337,53 / Não possui
Santa Filomena	R\$ 29.904,67 / Não possui



## Prefeituras também acumulam dívidas com o Regime da Previdência

Além de configurar o primeiro lugar no ranking dos municípios com dívidas no FGTS, Luzilândia também aparece como o município do Estado que possui a maior pendência financeira com relação à Previdência. A prefeitura deve R\$ 20.353.195,75 milhões. Somadas as dívidas do município com FGTS, Previdência e dívida tributária não previdenciária, o município acumula uma dívida de R\$ 31.844.381,51 milhões com a Fazenda Nacional.

Além de Luzilândia, na lista também aparecem os municípios de Uruçuí, São Julião, Parnaíba, São Braz como as cinco maiores prefeituras devedoras, com dívidas de R\$ 6.102.002,25 milhões, R\$ 1.986.712,62 milhão, R\$ 1.672.943,59 milhão, R\$ 1.171.297,53 milhão, respectivamente.

Entre aqueles que também são apontados na lista de devedores do FGTS estão Miguel Alves, com dívida de previdência no valor de R\$ 251.910,72 mil; Capitão Gervásio Oliveira, R\$ 234.511,86 mil; e Madeiro, com R\$ 162.464,62. Estas prefeituras possuem dívidas acumuladas com a Fazenda Nacional, acrescentando os montantes referentes à FGTS, Previdência e dívida tributária não previdenciária, no valor de R\$ 10.154.282,59 milhões, R\$ 5.687.941,93 milhões e R\$ 3.972.041,54 milhões, na ordem citada.

Os municípios que constam na lista de devedores são aqueles que não possuem Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), uma vez que estes não repassam os valores descontados dos servidores e a parte da

contribuição patronal à Fazenda Nacional. Entretanto, há possibilidade de mesmo aqueles que possuem RPPS fazerem parte da lista por geração de dívidas antigas. O atual modelo de RPPS surgiu em 1998, com a emenda 20. No Piauí, vários municípios criaram seus RPPS, antes de 2013.

A prefeitura de Bertolínia, por exemplo, que possui RPPS aparece na lista de devedores do FGTS, com o saldo de R\$ 497.004,92 mil, mas não consta dívida com a Previdência. No entanto, o Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) determinou, no início deste mês, o bloqueio das contas da prefeitura por realizar os repasses das contribuições do Regime Próprio. O município acumula débitos de R\$ 1,606 milhão com a RPPS.

(Ithyara Borges)

## MEDIDA CAUTELAR

# TCE suspende pagamentos em contratos na Prefeitura de Itaueira

Decisão monocrática disposta pelo conselheiro substituto Alisson Araújo, do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI), após inspeção instaurada em Itaueira, determinou que o prefeito Quirino Avelino se abstenha de realizar qualquer pagamento às empresas contratadas em seis processos licitatórios, onde foram encontradas supostas irregularidades.

Os processos abarcam recursos estimados em mais de R\$ 2,5 milhões.

A medida tomada pelo conselheiro abarca pregão presencial na ordem de R\$ 920 mil para a contratação de empresa para o fornecimento de combustível; tomada de preços para a recuperação de pavimentação em paralelepípedo no valor estimado de R\$ 173,8 mil; tomada de preços que tem como objeto o serviço de limpeza pública, totalizando R\$ 490 mil; além de pregão presencial para fornecimento de material, no valor de R\$ 595,7 mil; tomada de preços para fornecimento de gêneros alimentícios no valor de R\$ 161 mil; e pregão presencial para aquisição

de um veículo automotor 0 km no montante estimado de R\$ 160 mil. Na peça disposta, a Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal indicou que os seis procedimentos sofreram mudanças no edital após a publicação no Diário Oficial dos Municípios e no Licitações Web. Nas retificações o gestor não informa o que foi mudado no edital, apenas informa novamente o edital no Sistema Licitações Web do TCE.

Com o indicativo, o conselheiro ainda determina a citação do prefeito para que no

prazo improrrogável de 15 dias apresente esclarecimentos sobre os fatos descritos na peça denunciatória.

Recentemente, o conselheiro também determinou, cautelarmente, que o prefeito de Itaueira, Quirino Avelino, afaste de imediato parentes consanguíneos de postos do Executivo. A medida também abarca os parentes do vice-prefeito do município.

Em ambos os casos, a decisão se aplica até que a Corte de Contas tome um posicionamento definitivo sobre a situação. (F.T.)



**QUIRINO AVELINO** está impedido de realizar pagamentos

\* O TCE julga hoje as contas da Secretaria de Educação relativas a 2015, com parecer do Ministério Público de Contas pela reprovação.

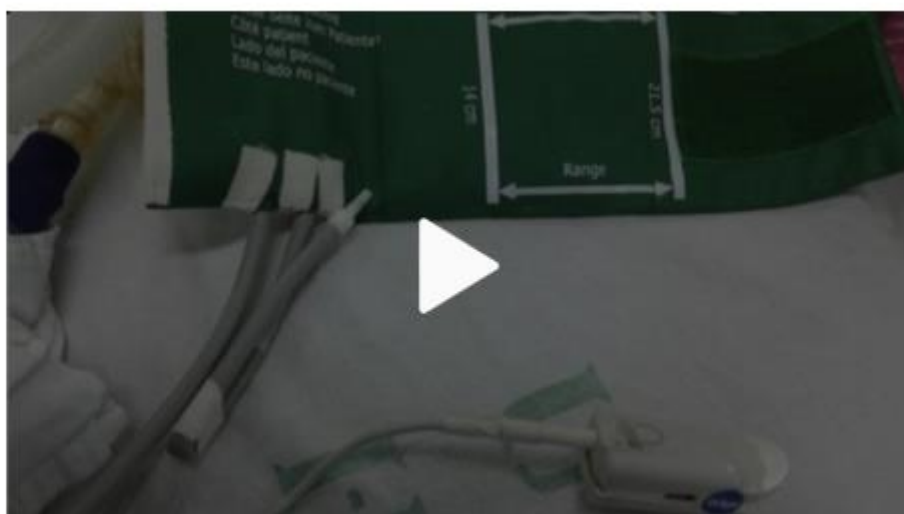
Coluna Zózimo Tavares no portal CidadeVerde. Link: <http://cidadeverde.com/colunadozozimo/85712/wilson-lanca-nota-sobre-posicao-de-heraclito>

# Servidores denunciam infiltrações e equipamentos de péssimas qualidades no Hospital Infantil

Segundo a denúncia, a estrutura e equipamentos comprometem o atendimento na unidade. Diretor do hospital afirma que há necessidade de melhorias.



Por G1 PI  
27/07/2017 09h12 - Atualizado há 2 horas



▣ Servidores denunciam más condições no Hospital Infantil Lucídio Portela

Servidores do Hospital Infantil Lucídio Portela, no Centro de **Teresina**, mostraram sua indignação através de denúncias que apontam más condições para tratar os pacientes na entidade. Segundo eles, infiltrações incomodam quem trabalha na enfermagem da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e é preciso improvisar para conseguir manter o atendimento em meio a equipamentos de péssimas qualidades.

**Itaucard**   
Surreal é não usar\_  
Simule a sua economia  
\*Valor baseado no perfil Itaucard Gold.

A advogada dos servidores do hospital, Aurilene Barbosa, contou existir uma ação na justiça por causa de uma falha que causou danos irreversíveis a uma paciente. Ela afirmou ainda que as perspectivas da UTI relatadas por quem trabalha na unidade são estarrecedoras.

"Uma criança do interior do Maranhão deu entrada no Hospital Infantil para fazer uma cirurgia da fístula e, no entanto, perdeu dedos da mão. O que não tinha relação com a cirurgia da qual ela foi lá fazer", disse a advogada.

O Ministério Público Estadual tem conhecimento do que ocorre no hospital, em relação à estrutura e aos equipamentos. De acordo com a promotora Carla Furtado, o prédio é antigo e precisaria de uma reforma geral.

"O Ministério Público entrou com uma ação civil pública em março de 2017, fez visitas em maio e junho, e pediu providências para sanar as irregularidades mais pontuais. Foi cobrado o recurso de R\$ 1 milhão e 180 mil para a reforma da UTI e o início imediato da obra", destacou a promotora.

Para o diretor do Hospital Infantil, Vinícius Nascimento, os problemas estruturais não são o grande problema da unidade, pois já houve vistorias e não foram identificadas as realidades descritas pelas denúncias. Sobre os equipamentos, ele defendeu que não há materiais de baixa qualidade.

"O Hospital Infantil tem uma licitação própria, que segue as normas e parâmetros que o TCE [Tribunal de Contas do Estado] exige, e de forma alguma é prestado e dado à população materiais de baixa qualidade", declarou o diretor.

Ele garantiu que existe qualidade, mas pontuou que sempre há necessidade de melhorias. Vinícius afirmou também que o hospital está aberto para qualquer investigação do Ministério Público. "Temos uma estrutura precária por conta do tempo que o hospital tem. Estamos em transição para a Fundação Estadual de Saúde, onde o orçamento vai ser direcionado para mais seis hospitais e pode melhorar a falta de administração", contou.

Link: <http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/servidores-denunciam-infiltracoes-e-equipamentos-de-pessimas-qualidades-no-hospital-infantil.ghtml>